O seminário, *Viver com o Livro: Passado, Presente e Futuro*, enquadra-se numa série de sessões organizada pelo "Grupo de Investigação Indústrias de Cultura, Cultura de massas" – Centro de Línguas Literaturas e Culturas – Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro.

A série de sessões do "Grupo de Investigação Indústrias de Cultura, Cultura de massas", reúne investigadores de diferentes áreas do conhecimento para discutir sobre formas culturais contemporâneas - principalmente as geradas por interesses industriais que servem audiências em massa - estimulam e controlam a procura pelos seus produtos e como esses produtos culturais devem ser teorizados e avaliados de acordo com ideias tradicionais e novas.

Em concreto, este seminário aborda aspectos relevantes de cinquenta anos (1971-2021) de amplo envolvimento no mundo dos livros, conclusões sobre o momento actual e prespectivas que se afiguram para o futuro.

Neste contexto, é usada a experiência profissional, bem como a investigação desenvolvida e que em boa parte se encontra em artigos e livros publicados; é, igualmente, usado conhecimento adquirido em bibliografia consultada para investigação e em testemunhos prestados por prestigiados profissionais do livro, nomeadamente no âmbito da obra ***À Janela do Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores***, da dissertação de mestrado em Estudos Editoriais, ***A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas***, e da tese de doutoramento em Estudos Culturais vertida no livro ***Democracia do Livro em Portugal : Transições, Protagonistas e Evolução Sociocultural***.

(1) **<u>Na génese da palavra escrita</u>**, <u>releva a técnica do papiro</u>, desenvolvida pelos egípcios cerca de 2200 a.C.. Para confeccionar o papiro, corta-se o miolo esbranquiçado e poroso do talo em finas lâminas. Depois de secas, são mergulhadas em água com vinagre para ali permanecerem seis dias e eliminar o açúcar. O papel pronto era, então, enrolado a uma vareta de madeira ou marfim para criar o rolo que seria usado na escrita.

(2) <u>O pergaminho</u>, designação dada a uma pele de animal, deriva do nome da cidade onde se terá fabricado pela primeira vez: Pérgamo, na Grécia. Foi utilizado na antiguidade ocidental, em especial na Idade Média, até ser difundida a invenção do papel. Quando eram usadas peles delicadas, de bezerros ou cordeiros, eram chamados de velino. Estas peles eram usadas para livros importantes. <u>Os mosteiros cristãos mantinham bibliotecas de pergaminhos onde monges letrados se dedicavam à cópia de manuscritos, o que levou à sobrevivência e divulgação dos textos clássicos da cultura grega e latina no Ocidente, principalmente à época do Império Bizantino</u>.

(3) <u>O papel</u>, um afeltrado de fibras unidas fisicamente como quimicamente por pontes de hidrogénio, terá sido inventado na China por Ts'ai Lun há mais de 2000 anos. O material mais comummente usado é a polpa de madeira de árvores, principalmente pinheiros e eucaliptos <u>Antes da utilização da celulose em 1840, por um alemão chamado Keller, outros materiais como o algodão, o linhp e o cânhamo eram utilizados na confecção do papel</u>.

(4) <u>O códice</u> (ou codex) é um livro manuscrito, em geral do período da era antiga tardia até à Idade Média, sendo que Manuscritos do Novo Mundo foram escritos por volta do século XVI. Tratando-se de um volume organizado em cadernos, solidários entre si por cosedura e encadernação, <u>o códice é um avanço do rolo de pergaminho e, gradativamente, substituiu este último como meio de escrita e veio posteriormente a dar lugar ao livro impresso</u>.

(5) A adopção do *sistema de pecia*, que acelerava a rotação dos exemplares a serem reproduzidos, permitia igualmente melhorar a produtividade dos escribas, sempre preservando a qualidade dos textos postos em circulação. O sistema de pecia, que apareceu em Bolonha e em Paris durante o século XIII, <u>consistia em confiar aos livreiros da universidade cadernos não ligados</u>, o que permitia serem alocados para inúmeros copistas ao mesmo tempo

(6) <u>Para estampar rapidamente no velino ou no pergaminho dos manuscritos</u>, as grandes iniciais ornamentadas deviam ocupar o espaço branco reservado pelo copista no princípio dos capítulos e dos parágrafos recorria-se, por vezes, a gravuras em relevo talhadas em madeira ou em metal (xilografia). Algumas das primeiras realizações que se conhecem, parece terem sido tiragens em papel de marcas destinadas à impressão em tecidos, porque as primeiras xilografias <u>só apareceram pouco tempo depois da vulgarização do uso do papel na Europa</u>: ou seja, cerca de setenta anos «antes» do livro impresso, abrindo-lhe caminho e, de algum modo, anunciando-o.

(7) No caminho de milénios, percorrido pela palavra escrita, <u>os manuscritos em forma de códice, ao substituirem o formato de rolo, são por muitos, considerada a mais importante revolução na história do livro</u>. Passar do códice ao livro resultou da invenção da imprensa, viabilizada pela utilização do papel e abriu as portas à entrada na era da «Galáxia Gutenberg»

(8) Conclui-se, pois, que de entre os factores que contribuíram para a evolução da palavra escrita e que conduziram ao mundo do livro tal como concebido a partir do século XV, é significativamente relevante o modelo de produção e divulgação do livro manuscrito.

Nota: Para aprofundamento, consulte-se "Febvre & Martin., *O aparecimento do livro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa – 2000"

CV resumido de actividades desenvolvidas no âmbito da Indústria Cultural do Livro

(1) Círculo de Leitores (1971-2001)

- 1971/12/01 – 1974/12/31 – Director Financeiro
- 1975/01/01 – 1986/12/18 – Director Financeiro e de Recursos Humanos
- 1986/12/19 – 1987/10/21 – Director Geral Interino
- 1987/10/22 – 1992/06/30 – Administrador Adjunto
- 1992/07/01 – 2001/12/31 – Presidente e Administrador Executivo

(2) Pós-Círculo de Leitores (2002 -2021)

- 2002/01/01 – 2007/08/31 – Investigação sobre Risk Management e Desenvolvimento Sustentável + Consultoria de Gestão
- **2004/10 – Publicação do livro *Risk Management: Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio***
- 2007/09/01 – 2009/09/30 – Administrador não Executivo e Consultor da Administração (Lisboa Editora)
- **2008/02/07 – 2008/07/25 – Professor Auxiliar Convidado de Gestão Editorial, no 1º mestrado em Estudos Editoriais (UA)**
- **2008/07/24 – 2009/09/30 – Presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL)**
- 2008/10/15 – 2009/10/14 – Membro do Comité Executivo da International Publishers Association (IPA)
- 2010/08/12 – 2011-07/11 – Frequência e conclusão do mestrado em Estudos Editoriais, na Universidade de Aveiro
- **2011/02 – Publicação do livro *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores***
- **2012/05 – Publicação do livro *A edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas***
- **2013/12/04 – Actual – Investigador Colaborador da unidade de investigação Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da UA**
  2014/09/09 – 2018-10—17 – Frequência e conclusão do doutoramento em Estudos Culturais, na Universidade de Aveiro
- 2018-12-01 – Actual – Membro do Conselho Consultivo do Observatório Português das Atividades Culturais ((OPA/CIES-IUL)
- **2019/03 – Publicação do livro Democracia do Livro em Portugal : Transições, Protagonistas e Desenvolvimento Sociocultural**

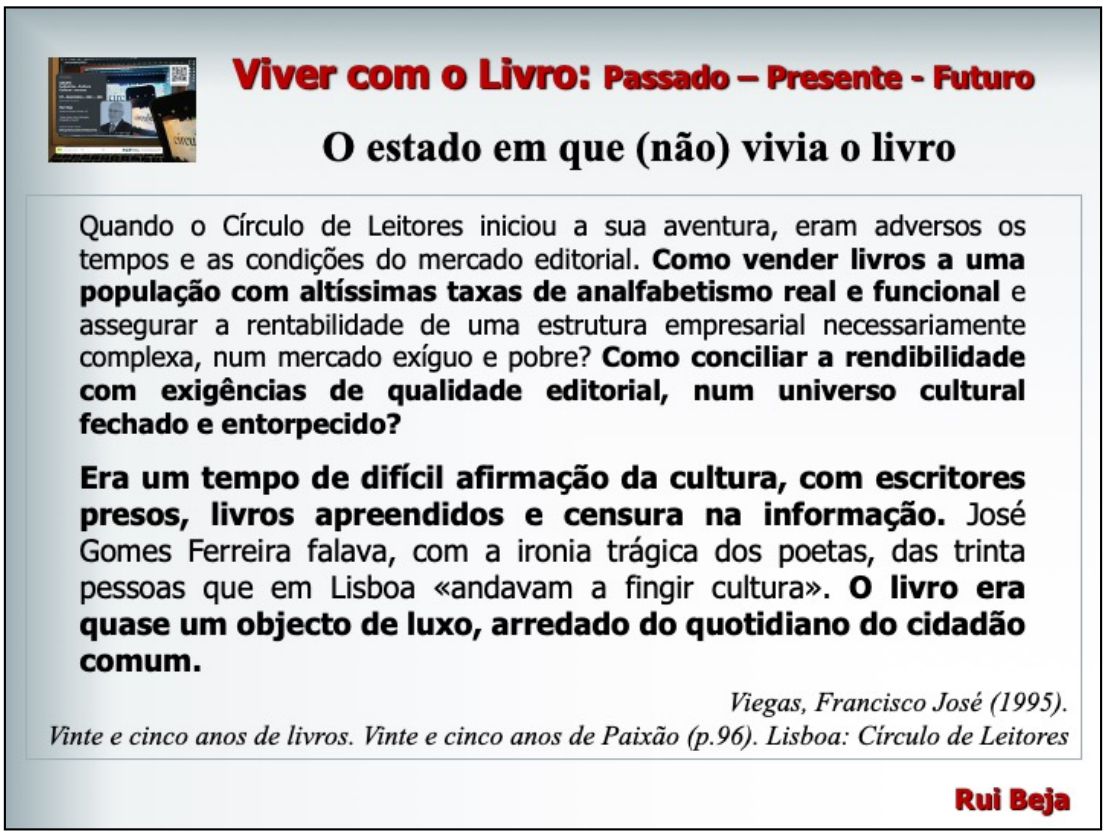
(3) Associações

- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (1977/10/11 – Actual)
- Ordem dos Economistas – Colégio de Especialidade: Economia e Gestão Empresariais (2000/06/11 – Actual)
- Instituto Português de Corporate Governance (2005/03/29 – Actual)
- Associação Portuguesa de Escritores (2015/10/20 – Actual)
- PEN Clube Português (2019-06-18 – Actual)

(4) Prémios e Distinções

- Agraciado pelo Presidente da República com a Ordem do Mérito, no grau de Comendador (2002/06/10)

(5) CV ReserchGate : https://www.researchgate.net/profile/Rui-Beja



(1) No início dos anos 1970, a produção literária, bem como a edição e comércio do livro, em Portugal, reflectiam os condicionantes decorrentes do regime ditatorial do Estado Novo.

(2) O ensino constituíra forte instrumento de contenção no desenvolvimento intelectual e de sustentação dos princípios ideológicos do Estado Novo. De acordo com o estudo *30 anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico*, publicado pelo INE em 2004, a taxa de analfabetismo era, em 1970: 19,7% nos homens e 47,0% nos que tinham 65 anos ou mais; 31,0% nas mulheres e 64,6% nas que tinham 65 anos ou mais.

(3) O Secretariado da Propaganda Nacional ((SPN), criado em 1933 pelo antigo regime com o objectivo de propaganda idelógica e de controlo da informação, passou a designar-se, a partir de 1944, como Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) mantendo o objectivo de uniformizar os valores da cultura oficial e retirar espaço a iniciativas que lhe fossem adversas, nomeadamente no domínio do livro e da leitura (António Ferro, escritor e jornalista ligado ao movimento modernista e à revista Orpheu, dirigiu estes serviços, envolvendo intelectuais de mérito, mas sempre subordinado a axioma, que lhe fora definido por Salazar, «politicamente só existe o que o público sabe que existe».

(4) Verificavam-se diferentes formas de actuação da censura, face ao perfil político e sociocultural dos protagonistas na área do livro e é igualmente possível identificar os factores de discriminação: ideologia/actividade política pessoal, conteúdo da obra, orientação da linha editorial, tipo de acção comercial e capacidade de influência junto dos agentes do poder político.

(5) Na perspectiva da produção literária, a censura teve grandes repercussões na autocensura, uma das formas mais insidiosas de cercear o exercício da liberdade de expressão. Em sentido inverso, a censura gerou o sentido de combate ideológico e levou os movimentos radicados no Presencismo (José Régio, Miguel Torga, Branquinho da Fonseca...) e no Neo-Realismo (Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Manuel da Fonseca, Carlos Oliveira...) a contribuírem para o alargamento da ficção portuguesa no período que vai do final dos anos 1920 ao início da década de 1970.

(6) O antigo regime alheou-se da criação de uma rede de leitura pública a nível nacional; a Fundação Gulbenkian supriu a falta de acção do Estado Novo criando, em 1957, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI) dirigido pelo escritor António Branquinho da Fonseca que se manteve em funções até final de vida em 1974.

(7) A imprensa, apesar de sujeita a censura prévia, teve um papel importante na divulgação do livro e da leitura, por via dos suplementos culturais/literários dos principais jornais diários publicados em Lisboa e no Porto.

(8) É possível observar que os sinais de agonia do Estado Novo, simbolicamente situados a partir das eleições presidenciais de 1958, aguçaram o querer das gentes do livro e estimularam a sua audácia no sentido de um mais intenso e frutífero enfrentamento dos constrangimentos censórios. Sem que se alterasse substancialmente a predominância de editoras de pequena dimensão e, as mais das vezes, tuteladas por editores de referência, *uma nova plêiade foi surgindo* (Editora Arcádia – 1957, Moraes Editora – 1958, Editorial Verbo – 1958, Prelo Editora – 1960, Editorial Estampa – 1960, Editorial Presença - 1960, Publicações D. Quixote – 1965...), num contexto em que a edição independente marca um período de afirmação editorial.

(9) No que se refere ao comércio livreiro, ainda prevalecem os livreiros que exercem uma actividade personalizada e as livrarias de rua que são também ponto de encontro de leitores, espaço de tertúlia de intelectuais e escritores e lugar de distribuição a clientes de confiança – "por debaixo do balcão" – de exemplares clandestinos dos livros proibidos pela censura; destacaram-se, neste domínio, os livreiros Fernando Fernandes na Livraria Divulgação (Porto) e António Barata na Livraria Barata (Lisboa).

(10) Neste quadro, o aparecimento do Círculo de Leitores, clube do livro português fundado pela Bertelsmann, foi uma pedrada no charco

(1) As razões para o insucesso do sistema de ensino, apesar dos estudos técnicos e dos organismos criados com base no modelo preconizado pela OCDE tendo em vista a necessidade de enfrentar o aumento exponencial de alunos matriculados (mais de 60.000 entre 1950 e 1960), constam do relatório *Evolução Recente do Sistema de Ensino em Portugal*, elaborado em 1965; curto período de escolaridade obrigatória, grande absentismo, baixo nível de escolaridade para além da obrigatória, cobertura inadequada do país com escolas oficiais, escassez de professores qualificados, baixa produtividade agravada pelo número crescente de desistentes, baixo nível de interesse dos estudantes, estrutura inadequada dos programas, formação pós-escolar insuficiente e/ou deficiente, constituem um resumo da citação feita por Stephen R. Stoer em 1986, no livro *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980, Uma Década de Transição*.

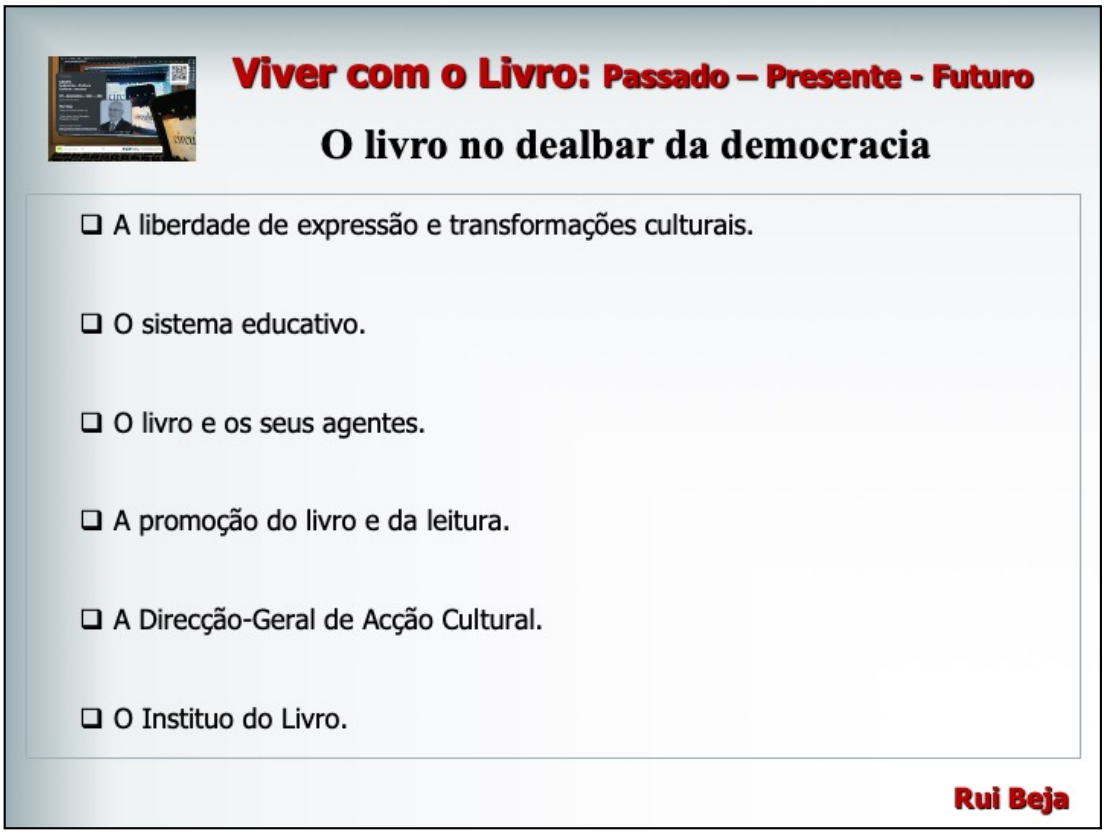
(2) A reforma "Veiga Simão" comtemplava várias medidas inovadoras e de largo alcance (aumento da escolaridade obrigatória para 6 anos, descida do início da idade escolar para os 6 anos, abertura à possibilidade de introdução de 2 anos de educação pré-escolar, reforma do ensino superior com inclusão de novas Universidades e Institutos Politécnicos, reforma do sistema de formação profissional de professores através de Escolas Superiores ou departamentos de pós-graduação especializados), aprovadas após acalorada discussão a nível nacional e incluindo uma componente de democratização do ensino que, por via dos efeitos supervenientes, se repercutiu na sociedade e teve grande importância em princípios da década de 1970.

(3) Criada em Setembro de 1971, a Direcção Geral dos Assuntos Culturais foi, em Novembro de 1973, incumbida de apoio e coordenação das funções de natureza cultural (letras, artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico e arqueológico, museus, bibliotecas, arquivos e teatros do Estado); sem qualquer efeito prático, a menos de 6 meses do fim do antigo regime.

(4) A actividade editorial e livreira portuguesa não passou ao lado da profunda alteração no modelo de negócio e na estrutura proprietária da indústria do livro iniciada nos países anglo-saxónicos a partir dos anos 1960, tanto por influência das ideias que começavam a circular como por alteração nas relações que mantinham com os «velhos» parceiros internacionais; apesar dos constrangimentos censórios que vigoraram até ao último dia do Estado Novo, o universo de importantes empresas editoriais continuou a crescer (Edições 70 – 1970, Círculo de Leitores – 1970, Assírio & Alvim – 1972, Teorema – 1973, Editora & Etc. – 1974....), ao mesmo tempo que abriam as primeira livrarias nos centros comerciais que começaram a surgir (Livraria Apolo 70 – 1971 no Centro Comercial Apolo 70, Livrarias Castil-Alvalade – já em 1976 –, respectivamente nos Centros Comerciais Castilho e Alvalade) e o «sangue novo» acrescentou dimensão, dinâmica e qualidade à edição e comércio do livro em Portugal.

(5) No período marcelista, após a promulgação da Lei de Imprensa (Lei n.º 5/71, de 5 de Novembro) regulamentada (pelo Decreto-Lei 150/72, de 5 de Maio), a Censura Prévia passou a designar-se Exame Prévio, mantendo a restrição do direito à constituição de empresas e o estabelecimento de limites à liberdade de imprensa, enquanto na censura ao livro, anteriormente exercida *à posteriori*, passou a ser obrigatório o envio de um exemplar e indicação da sua tiragem, três dias antes da publicação ser posta a circular, sempre que versassem assuntos de carácter político, económico ou social e, por despacho do ministro do Interior (3 de Dezembro de 1972) que deu à Direcção-Geral de Segurança (polícia política antes designada PIDE) instruções para intensificação do controlo por considerar ter-se verificado "aumento substancial de publicações que atentam contra a sociedade e a ordem e ofendem os bons costumes", a censura literária recrudesceu; é bem significativo que, em 1973, quando o regime de Salazar e Caetano já se aproximava do fim, as escritoras Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa tenham sido levadas a julgamento pelo Tribunal Plenário, pela publicação de *Novas Cartas Portuguesas*, vindo a ser absolvidas já após 25 de abril de 1974 e, ainda mais revelador da sanha persecutória do regime, que no relatório da Comissão de Censura relativo a Janeiro de 1974 seja referida a apreensão de quase 150 títulos, em apenas um mês.

(6) Porque os efeitos do passado para o futuro são férteis e se prolongam no tempo, a censura exercida pelo Estado Novo deixou marcas impressivas na sociedade portuguesa.



(1) **A liberdade de expressão** amplamente saudada em Abril de 1974, constituindo-se a abolição da censura como um dos elementos fundamentais para a circulação de ideias e de informação, iria passar por um muito conturbado "processo revolucionário em Curso (PREC), cujos efeitos perduraram até à segunda metade da década de 70; face à liberdade do exercício político e o fim dos constrangimentos censórios, a sociedade portuguesa abriu-se, os meios de comunicação passaram a constituir importante referência e fonte de orientação, as relações sociais modificaram-se (com implicações nos valores morais e estéticos: sexualidade, feminismo, igualdade de oportunidades uniões de facto, aborto, planeamento familiar) como também o aumento de hábitos de consumo de bens materiais e o incremento de fruição cultural nos vários domínios das artes e das letras, novas realidades que o progresso socioeconómico e a alteração de mentalidades potenciaram no imediato e para o futuro.

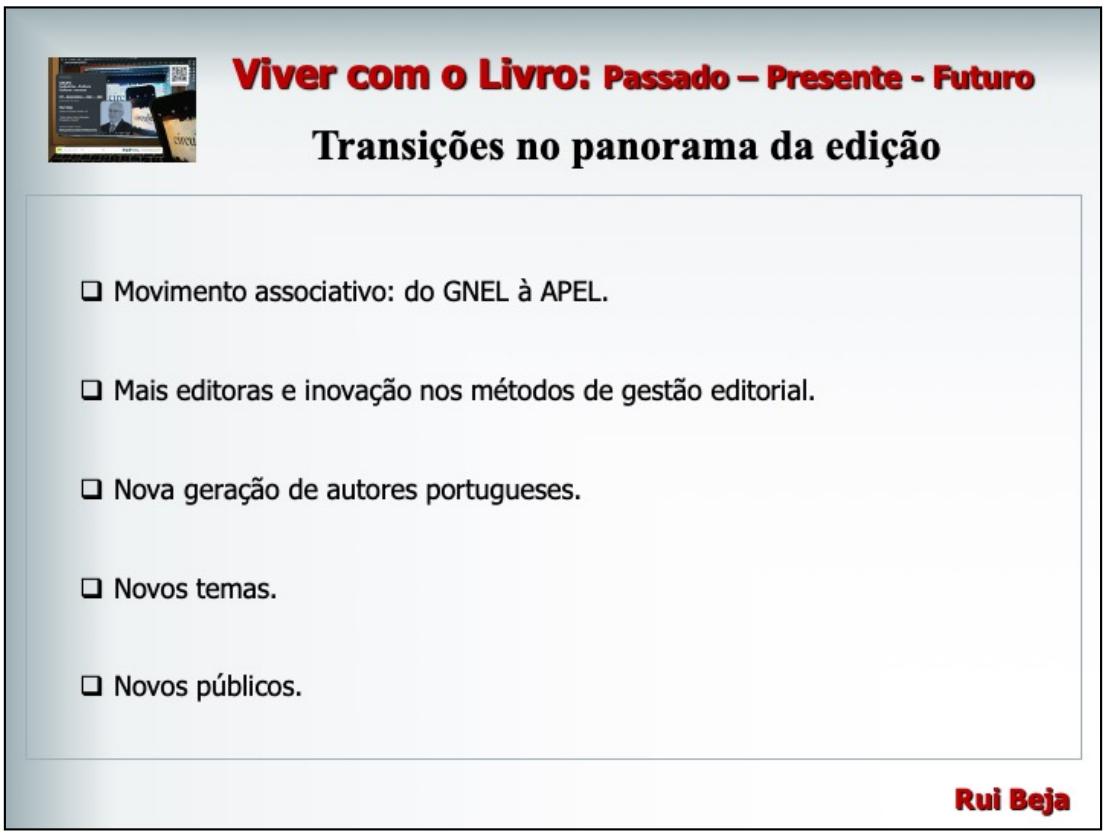
(2) **O sistema educativo** passou por um período de grande conturbação (1974-1975), em que as principais iniciativas visavam reduzir os níveis de analfabetismo, massificar o ensino e introduzir uma incontida vontade de democratização; seguiu-se uma fase de normalização (1976-1986), durante a qual foram privilegiados os aspectos curriculares, técnicos e profissionais em detrimento das ideologias e as alterações estruturais progressivamente introduzidas, a partir de 1978, culminaram na aprovação da Lei de Bases do Ensino – 1986 que iria agregar as transformações pós-PREC e definir o modelo recomendado pelas instâncias internacionais que, com posteriores ajustamentos, permitiria estabelecer, harmonizar e estabilizar princípios de actuação, consolidando o edifício da Educação sob a égide do Estado.

(3) **O livro e os seus agentes** constituíram parte fundamental da evolução ocorrida em Portugal, pela predisposição já verificada no estertor do antigo regime e pelas características de uma actividade que se assume como fonte primeira do fomento e exercício cultural; numa perspectiva política, uma quantidade assinalável de editores tiveram um papel significativo no período que precedeu e sucedeu à queda do Estado Novo, conforme conclui Flamarion Maués da Silva (2013) em *A edição politica em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80*: existiram pelo menos 137 editoras – 100 políticas e 37 não políticas – que publicaram, nesse período cerca de 4.600 títulos políticos.

(4) **A promoção do livro e da leitura** radica na abolição da Censura e Exame Prévio constante no Programa do MFA para a cultura, no qual constava, também, a criação de uma comissão *ad-hoc* com a missão de publicar novas leis para imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema; o Programa do I Governo Provisório retoma o do MFA, nomeadamente quando este define com objectivo: "fomento das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, música e artes plásticas e ainda dos meios de comunicação social como veículos indispensáveis ao desenvolvimento da Cultura do Povo".

(5) **A criação, em 1975, da Direcção-Geral de Acção Cultural** (dirigida entre 1975 e 1976 por Eduardo Prado Coelho), iniciativa que teve em vista dissociar a Cultura do Ministério da Educação e, numa segunda fase, proceder à integração administrativa de departamentos ou serviços culturais até então dependentes de outros Ministérios, comtemplava nos considerandos para esta alteração: «o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma hierarquização que rebaixando a primeira ao nível do utilitário, chegou a rebaixar a segunda no sentido de uma especialização socialmente minoritária»; posteriormente, a entrada em funções do I Governo Constitucional, em 1976, constituiu um marco para a política cultural, nomeadamente pela integração da Secretaria de Estado da Cultura na Presidência do Conselho de Ministros, sendo David Mourão Ferreira nomeado para a dirigir.

(6) **A política para o sector do livro e da leitura em Portugal ganhou nova dimensão com a criação do Instituto Português do Livro**, em 1980), e o apoio à edição de livros, leitura pública e estímulo à leitura, inicia-se com o programa "Apoio à Edição", lançado em meados da década de 80, que constitui a primeira das medidas de políticas culturais nacionais implementadas pelo novo organismo, dirigido por António Alçada Baptista.



(1) **À transição do país para a democracia correspondeu idêntico movimento no mundo do livro e da leitura, tanto nas suas dimensões específicas como na conturbada frente política e sociocultural.**

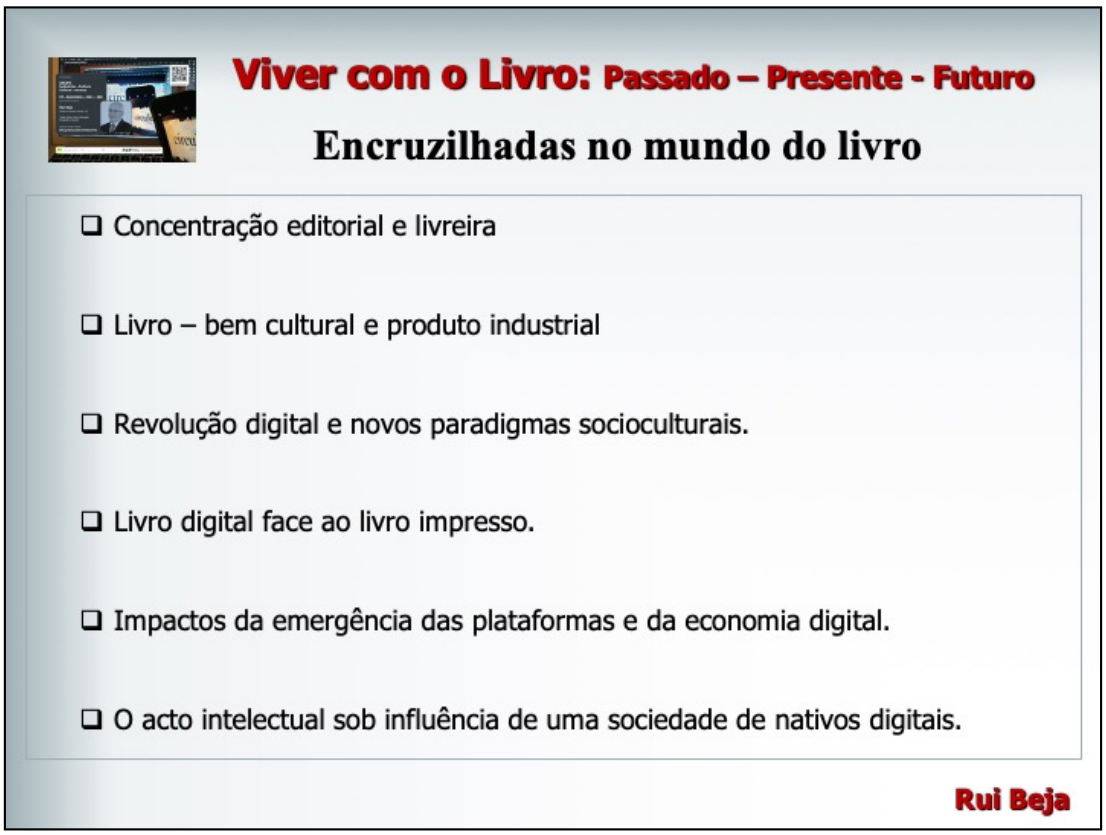
(2) **O Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL)** criado em 1939 na sequência do regime corporativo instituído pela Constituição de 1933, sucessor das várias instituições de cariz socioprofissional representativas do sector editorial e livreiro que desde os primórdios da sua existência viveram num equilíbrio instável decorrente da complexidade das diferentes perspectivas socioculturais e interesses profissionais dos seus membros, manteve uma relação híbrida com os poderes instituídos pelo antigo regime; em 3 de Maio de 1974, foi decidida a transformação em Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), relevando nos tempos conturbados que se seguiram a personalidade e postura do último presidente do GNEL, Rogério Mendes de Moura, ligado à oposição ao Estado Novo, que sabiamente geriu os conflitos que se seguiram até à eleição, em 1976, da primeira direcção efectiva da APEL.

(3) **A quantidade assinalável de editoras constituídas nos anos 1970** contribuiu para consolidar a liberdade de divulgação das ideias e da informação, instituída com a democracia, sendo o interesse pela edição determinante para que o livro passasse a cumprir em pleno a função de difusor privilegiado de conhecimento plural e diversificado; em democracia, os editores passaram a exercer a profissão na sua plenitude, inovando nos métodos de gestão em conformidade com o *know-how* obtido por via da abertura às relações internacionais e definindo as linhas editoriais sem constrangimentos que antes cerceavam a independência da edição e comércio do livro.

(4) **A uma nova geração de autores portugueses que despontaram** e se tornaria conhecida pela qualidade literária e grande receptividade do público leitor, somou-se o interesse que a associação virtuosa entre liberdade de expressão e apetência dos leitores pela literatura nacional despertou por escritores portugueses clássicos e pelos contemporâneos de créditos já firmados; contrariamente ao que era pressuposto antes do 25 de Abril, eram poucas as obras "guardadas na gaveta" e também os escritores portugueses já consagrados se dedicaram a escrever novas obras.

(5) **Novos temas surgiram**, com os editores a definirem os seus catálogos em função das tendências que à data apontavam para autores estrangeiros antes proibidos, publicação de temas tabu para a censura como o erotismo e a sexualidade, incentivo a autores nacionais de reconhecidos méritos para a escrita de novas obras e aposta em escritores portugueses de uma nova geração; às obras de carácter político que prevaleceram durante o PREC, sucede uma reorientação temática significativa, a partir de 1976, por via do alargamento de horizontes dos editores e a diversificação de interesses dos leitores, abrindo caminho à reedição de autores clássicos e contemporâneos da literatura portuguesa, publicação de literatura estrangeira e autores africanos de língua portuguesa, subsequente crescimento de livros de ensaio, biografias, história, divulgação, enigmas, vida prática, infanto-juvenil e, na transição dos anos 70 para 80, ao despontar em força da nova geração de autores portugueses, ao surgimento de obras sobre a guerra colonial e a ter sucesso a literatura ligeira.

(6) **Novos públicos com interesse pelo livro e pela leitura**, é consequência do incremento da quantidade, diversidade e pluralidade da edição, decorrente da evolução do ensino (1.358.460 alunos matriculados no ensino público e privado em 1969/70 sobe para 1.924.391 em 1983/84, a par de um comitante progresso no grau de escolaridade), do significativo aumento do número de novas obras constantes nos Registos do Depósito Legal atribuídos em Portugal (7661 em 1974, 10.509 em 1995 e 17.778 em 2008) e do forte crescimento de bibliotecas públicas existentes no país (288 em 1970 e 1917 em 2002, com uma aumento de 3 para 4 milhões de leitores); O Circulo de Leitores que em 1971 iniciou a actividade de edição em regime de clube do livro, contribuiu impressivamente para a criação de novos públicos, como bem expressa a evolução da quantidade de associados (150.000 em 1972, 300.000 em em 1975 e 435.000 em 1979), ascendendo de canal alternativo quando do início de actividade, a prestigiada marca editorial com um índice de notoriedade superior a 90% e mais de 12 milhões de livros vendidos no final da década de 1970, passando a líder do mercado do livro no final da segunda década de vida com meio milhão de sócios, publicação anual de duzentos títulos e dois milhões de livros distribuídos em cada ano.



(1) A profunda alteração no modelo de negócio e na estrutura proprietária da indústria do livro que se iniciou nos países anglo-saxónicos, em princípios dos anos 1960, quando o modelo organizativo da venda de livros baseado numa estrutura de pequenos livreiros independentes deu lugar ao aparecimento de comércio do livro em grandes centros comerciais e hipermercados, foi correspondida, também no início da década de 60, pela emergência de grandes empresas editoriais nos EUA e no Reino Unido; a revolução na indústria do livro a nível internacional veio a ter implicações em Portugal, ainda que com assinalável desfasamento temporal: é com a concentração no retalho livreiro – Hipermercados (1985), Livrarias Bertrand (19993), FNAC (1998) – que se iniciam as grandes alterações no mercado do livro e é com a concentração em grandes grupos editoriais (2007-2010) que o processo de transformação de consolida.

(2) Como refere José Afonso Furtado: "Do ponto de vista económico, o livro é um bem cultural reprodutível em escala industrial e, como tal, um produto sujeito às regras económicas típicas dos bens de grande consumo; enquanto texto escrito por um autor e resultado de uma actividade editorial, é uma criação única e cultural." (Furtado, 2019, *apud* Beja, 2019: XX) e segundo o mesmo autor: "A situação tornou-se insustentável no final dos anos 80, momento em que o «olhar económico» sobre o livro se tornou, por fim, legítimo, e hoje, passadas mais de duas décadas de concentrações editoriais, de debates sobre a política do livro, de grandes operações de concentração e de globalização, «somos obrigados a reconhecer que os aspectos económicos impulsionaram, em grande medida, as transformações ocorridas»" (Rouet, 1992: 6, *apud* Furtado, 2009: 13).

(3) A dicotomia entre a reconhecida predominância que o valor económico do livro tem no seio das indústrias culturais e a relevância de editores e livreiros independentes que assegurem aos leitores, diversidade, pluralidade e proximidade, constitui um «nó górdio» que exige adequadas politicas para o livro, penalização das práticas comerciais proibidas por lei e uma estratégia política sobre a infraestrutura de produção e divulgação de informação do sector da cultura em Portugal; neste contexto, uma apropriada cooperação do movimento associativo editorial e livreiro que promova a conciliação entre o interesse particular e a colaboração institucional, é fundamental.

(4) A revolução digital, génese da transição da era da "Galáxia Gutenberg" para a da "Informação Globalizada", suscita novos paradigmas socioculturais que constituem um desafio sem precedentes para o livro, agora confrontado com realidades técnicas, tendências sociológicas, padrões comportamentais e modelos de negócio que colocam em causa o mais poderoso instrumento de divulgação do saber e de formação intelectual da humanidade; mais do que livro impresso ou digital, estão em causa: novas actividades de lazer e entretenimento que competem com o tempo dedicado à leitura, novos meios de comunicação e informação que apesar de dimensão excessiva e fiabilidade inconsistente se constituem fontes alternativas ao livro, aliadas à tendência para valorizar as competências multifuncionais em detrimento da capacidade de concentração.

(5) A substituição do livro digital pelo livro impresso não se tem verificado ao ritmo acelerado inicialmente previsto; embora a produção dos dois modelos tenha uma base comum e grande parte das edições sejam preparadas com as duas alternativas, na estatística divulgada em 18/1/2021, pela Federation of European Publishers (FEP), a quota de mercado dos e-book era de 10% no ano de 2019; Relativamente ao mesmo ano, a FEP refere uma explosão nas vendas de áudio books.

(6) As plataformas digitais, em especial as designadas GAFA (Google, Amazon, Facebook, Apple), constituem uma das mais fortes ameaças ao livro, porque estando no negócio editorial e livreiro não estão no mercado da cultura, utilizam a produção e divulgação do livro como um meio e não como um fim; quanto mais as plataformas forem capazes de gerir grandes quantidades de conteúdo e de oferecer um serviço apreciado pelo consumidor, maior é o risco de editores e livreiros ficarem afastados do contacto directo com os parceiros no mundo do livro e, em especial, com os leitores.

(7) A entrada na era da "Informação Globalizada", para além de corresponder a uma mudança de paradigma civilizacional, poderá ter implicações de grande impacte na estrutura intelectual do homem e no nível sociocultural das sociedades. As conclusões de muitos e abalizados cientistas, coincidem com o seguinte postulado**: "Podemos, assim, dizer que o conhecimento da leitura e da escrita corresponde ao aproveitamento de múltiplos recursos existentes no cérebro humano. Aquilo que com simplicidade se pode considerar o "saber ler e escrever" é um processo neurobiológico de grande complexidade e que modifica radicalmente a forma de funcionar do cérebro**." (Castro-Caldas, 2002:42).

European Book Publishing Statistics 2019	2019	2018	2017	2016	2015
Publishers' revenue from sales of books (bln)	22.4	22	22.2	22.3	22.3
Educational (school) books	19.3%	19.8%	21.2%	21%	19.9%
Academic/Professional books	18.0%	18.9%	18.5%	18.7%	19.5%
Consumer (trade) books	49.4%	48.4%	47.4%	47.2%	48.4%
Children's books	13.3%	12.9%	12.9%	13%	12.2%
Sales by area					
Sales in the domestic market	79.0%	77.9%	78%	77.9%	77.1%
Exports	21.0%	22.1%	22%	22.1%	22.9%
Sales by distribution channels[1]					
Sales in bookstores and specialised stores	50.3%				
Sales in supermarkets and other stores	12.1%				
Online sales	23.0%				
Direct sales (incl. libraries and book clubs)	14.6%				
Number of titles published in period					
New titles	605,000	585,000	610,000	590,000	575,000
Number of titles in print (active catalogue)[2]	12,250,000	11,250,000	10,900,000	10,600,000	9,900,000
Number of persons in full-time employment in book publishing	130,000	130,000	130,000	125,000	125,000

Estimates, all figures rounded
[1] This section has been reviewed and its data, not comparable to those of previous years, will need time to become more reliable
[2] This series of data was reintroduced in a corrected form in 2018; figures do not correspond to those in previous issues

FEP: European Book Publishing Statistics 2019 (https://fep-fee.eu/European-Book-Publishing-1268) 18 January 2021

The Federation of European Publishers (FEP) represents 29 national associations of publishers from the European Union and the European Economic Area Member States. The present survey is based on reports from the national book publishing associations, and on further analysis and refining of data, for the year 2019. As of this year, the survey is based on a new questionnaire, which in the short term will entail limited comparability with some data from previous years and a greater degree of uncertainty regarding some of the information presented, but that in the long term will ensure the information is both clearer and more relevant.

Figures on the overall economic significance of the publishing industry refer to net publishers' turnover, i.e. the publishers' total revenues from the sales of books, not the total market for books (margin of booksellers or other retailers). They also do not account for revenues in terms of selling rights for translation, audiovisual adaptation, etc. In some cases, only data on market value was available; in such cases, average discount rates were applied to calculate an approximation of net turnover. Figures were rounded conservatively.

The total annual sales revenue of book publishers of the EU and the EEA in 2019 was approximately € 22.4 billion, according to the survey conducted by FEP. This represents a significant increase from 2018 (22), with most markets continuing a recovery trend initiated a few years before and exchange rate effects no longer masking such growth. The largest markets in terms of publishers' turnover were Germany, the UK, France, Spain and Italy. Total market value is estimated at 36-38 billion €.

A total of about 605,000 new titles were issued by publishers in 2019, a small increase compared to 2018. The figure was taken from different sources, some of which included new editions or non-commercial titles, and was accordingly rounded conservatively. European publishers held more than 12.5 million different titles in stock, the countries reporting the largest availability being the UK, Germany, Italy, France and Spain; this figure, ever-increasing, has been spiked by the surge in digital publishing (in different formats), the digitisation of back catalogues, the growth of print-on-demand services and the surge in self-published titles, as well as other phenomena. The countries reporting the largest new titles output were the UK, Germany, Spain, Italy and France.

A total of approximately 130,000 people were employed full time in book publishing in 2019, a figure substantially equal to the previous year. This remains an area where it is difficult to gather reliable data. The entire book value chain (including authors, booksellers, printers, designers, etc.) is estimated to employ more than half a million people.

Looking at longer term trends, up to 2007 there was steady growth both in terms of turnover and of title output. In 2008 title production kept growing whilst turnover, adjusting for exchange rates, experienced a flat year. 2009 showed a slight decrease in turnover (accounting for exchange rates) and a slowdown of title growth. The crisis had less of an impact on publishing when compared to most other sectors. In 2010, growth resumed (especially exports), although favoured by exchange rates. In 2011 and 2012, the market went down, and title production growth was sluggish; the e-book market grew rapidly, and exports were strong. In 2013 and 2014 the market slowed down again, with the most notable trends being the continuous growth of the e-book market and the good performance of exports, which became even stronger from 2015 to 2017. The e-book market (now nearing 10% of the total) showed signs of stagnation for the last 5 years (but it could be a matter of capturing the right data), whereas audio book sales exploded in 2019, giving new impetus to digital sales. If 2018 marked a trend reversal in the recovery process started in 2015, 2019 confirmed the positive trend.

Para aprofundamento, consultar: https://fep-fee.eu/-Publications-

- Federation of European Publishers: report of activities 2020-2021(fepreport_of_activities_20_21_c.pdf)
- Federation of European Publishers: Consequences of the COVID-19 crisis on the book market (20190707_-_brochure_covid_digital_only-2.pdf)
- Federation of European Publishers: One Year After: Consequences of the COVID-19 crisis on the book market - An overview of 2020 (202103_-_brochure_covid_update_digital_only)

FOREWORD BY MARIYA GABRIEL, COMMISSIONER FOR INNOVATION, RESEARCH, CULTURE, EDUCATION AND YOUTH

For the book sector, as for many others, the Covid-19 crisis is unprece- dented. Never before a crisis has affected to such an extent, in nearly all European countries and at the same time, not only the whole value chain from authors to bookshops but also its clients, the readers. The creation, production, distribution, promotion and sales of books were almost at a standstill for weeks whereas readers were confined at home with more time to read but less access to books.

It is very difficult to describe the consequences and measure the impact of such a crisis at European level. How has each element of the publish- ing chain reacted? What were the short-term consequences on publica- tion calendars or sales? More importantly, what will be the longer-term impact on the financial health of companies and organisations? What new business models could emerge? How have consumers adapted their behaviour?

To answer all these questions, we need data. This report by the Federation of European Publishers, is a first attempt to provide an account of this historical crisis and its consequences for European publishers. It contains findings that, together with other documents produced by their partners such as the European Writers' Council or the European and International Booksellers Federation, will help decision-makers – including the European Commission and EU Mem- ber States - define an appropriate response.

I believe it is essential to preserve and strengthen the financial health, competitiveness and diversity of the thousands of organisations that have made the European book sector one of the largest cultural industries in the world in terms of economic value and employment. Beyond its economic dimension, it is also important that all Europeans have easy access to the diversity and creativity of European books.

This report will help us to discover the avenues to make this a reality again.

I appreciate the work by the Federation of European Publishers in delivering such a valuable report, which will help us define future support measures.

Mariya Gabriel Commissioner for Innovation, Research, Culture, Education & Youth

https://www.gfk.com/press/international-book-markets-with-mixed-annual-results-in-2020 International book markets with mixed annual results in 2020 Download Graphic (PDF)

The international book markets ended the coronavirus year 2020 with mixed results. This was revealed by a special survey covering nine countries carried out by GfK Entertainment on the basis of the physical sales reported by the individual trade panels and, in the case of Germany, by the GfK Consumer Panel. After the considerable downturn suffered during the first lockdown, retailers managed to reduce their losses significantly in the following months, although some faced new shop closures in the important Christmas trading period. Nonetheless, the annual sales data show on the whole that readers' interest in buying books has held up during the current crisis.

Turnover between minus 16.6% and plus 10.2%

There was a very positive increase in sales revenues in 2020 in the Belgian region of Flanders (+10.2%) and the Netherlands (+7.2%). Italy (+3.3%) and Spain (+0.8%), which were particularly hard hit by the pandemic in the spring, also posted rises when taking the year as a whole. Brazil, the only non-European country in the survey, recorded 2.4% growth whereas Switzerland ended the year with flat sales. On the other hand, sales in Germany and France, both affected by two lockdowns in twelve months, were down 2.5% and 2.1% respectively. Losses were also suffered in the Belgian region of Wallonia (-1.8%) and Portugal (-16.6%). A review of the first six months in Portugal had already revealed a sharp drop in sales and losses could not be recouped in the second half of the year.

Average price rising in eight out of nine countries

Although sales took a nosedive in many countries, such as the Netherlands (-4.4%), the average price in some cases in all the European markets analysed rose considerably. For example, the three fastest-growing regions Flanders (+5.1%), the Netherlands (+2.6%) and Italy (+3.7%) also reported the biggest price rises on a country-by-country comparison. Books also cost more in Germany (+1.8%), Switzerland (+2.2%) and France (+1.3%), with only Brazil recording a drop in prices (-1.8%).

Dr Mathias Giloth, Managing Director GfK Entertainment, says: "In the crisis year 2020, the printed book proved its important function as a key commodity that provides not only cultural enrichment and entertainment but also economic benefits. Extended services provided by physical retailers, such as the contactless pickup of books ordered, deliveries by bicycle or the expansion of companies' own online operations, show the creative nature of the book trade and have succeeded in strengthening customer loyalty in spite of the physical distance and at least taken a step towards countering the fall in sales. The intensive use of sales periods between the lockdowns, higher average prices and increases in e-commerce and the digital formats were other positive trends in an extremely difficult market environment".

Fiction posts growth rates in excess of five percent

Fiction was one of the most popular genres in 2020 and sales tracked above average in most of the countries surveyed, exceeding five percent in Brazil, Flanders, Italy, the Netherlands and Spain. In France (+1.8%) and Germany (-0.8%) too, they were above the national figure. Among the Top 5 of the annual fiction charts were Joël Dicker's triangular novel The Enigma of Room 622 (France, Italy, Spain), and Valérie Perrin's Changer l'eau des fleurs (Italy, France, Wallonia), both of which were on sale in three countries.

Non-fiction sales on the decline in many places

A Promised Land, former US President Barack Obama's memoirs, was not only the top-seller in Switzerland and Wallonia and the most successful non-fiction book in Germany and France, but also reached the Top 5 in the non-fiction segment in Portugal. Overall, this segment did not do so well as fiction and ended the year on a downward trajectory, for example in Germany (-2.5%) and France (-8.4%). A glance at the other segments reveals a mixed picture: whereas sales of children's and juvenile books were up, with the exception of Portugal, there was a decline in the severely impacted travel book segment, ranging from -22.8% in Germany to -73.2% in Portugal.

Positive development in the case of e-books

The e-book distribution channel, which was considered separately, developed on a positive note in 2020. In Spain, where VAT on digital books and e-publications was reduced from 21 to 4%, sales of e-books rose by 78.2%. The digital book market in France grew by 26% and e-books also generated more revenues in Germany (+16.2%), Flanders (+16.5%) and the Netherlands (+12.7%).

IThe survey: the survey is based on the physical book market sales in 2020 using data from the trade panels in Belgium (Flanders/Wallonia), Brazil, France, Italy, the Netherlands, Portugal, Spain and Switzerland as well as the GfK Consumer Panel for Germany, in each case excluding subscriptions and downloads. If you would like further information or are interested in receiving the complete survey, please contact Senta Wolf at senta.wolf@gfk.com. Press contact: Hans Schmucker, Tel: +49 7221 279 200

(1) **Tomando como referência o capítulo "El futuro de la edición", em "Michael Bhaskar & Angus Philips (eds.) (2021). *Los Fundamentos del Libro Y la Edición: Manual para este século XXI* (pp. 517-537), Madrid: Trama editorial", temos de convir que múltiplos prognósticos sobre a evolução futura se mostraram rotundamente equivocados; v**ivendo a indústria do livro numa encruzilhada de evolução imprevisível, estes autores usam a teoria da "experiência mental" (e suas metodologias, desde as alternativas históricas até ao regresso ao passado), nas hipóteses que colocam para o futuro.

(2) **Hipótese 1** – Os autores famosos passam a adoptar a edição de autor. Até agora, apenas J. K. Rowling optou com sucesso pela edição de autor, tornando-se excepção à regra de fidelidade dos grandes autores às suas editoras, embora apenas use a edição de autor nos livros electrónicos e se mantenha fiel às suas editoras (Bloomsbery Y Little) em relação aos livros impressos, mas, face ao acelerado processo de externalização de serviços que as editoras têm vindo a adoptar, não é impensável que autores de nomeada venham a adoptar idêntico processo para aumentar o seu rendimento por incorporação das margens de lucro das respectivas editoras, levando-as à decadência; resta saber se os autores estão dispostos a assumir esse risco.

(3) **Hipótese 2** – A inteligência artificial escreve livros para todos os gostos. Embora há uns anos fosse impensável uma situação tão improvável mesmo com a tecnologia de procura e recomendação, é possível imaginar um instrumento que escreva e entregue, em poucos segundos, uma novela totalmente personalizada; as editoras começariam a desaparecer, embora leitores que queiram ler cássicos permitam manter actividade, em muito pequena escala; muitas coisas que acreditávamos privativas da mente humana passaram para as máquinas, o mesmo poderá acontecer com a escrita de um livro?

(4) **Hipótese 3** – Os livros desaparecem. Constatamos que o mercado do livro sofre uma erosão constante, tanto pelo avanço das tecnologias e plataformas digitais como pela concorrência de outras formas de entretenimento; os livros infanto-juvenis estão em alta mas, quando as crianças crescem, consideram o livro estático e aborrecido; os adolescentes privilegiam as redes sociais, o vídeo, os chat e as experiências de realidade virtual.

(5) **Hipótese 4** – O livro em serviço de distribuição digital por subscrição (*streaming*). O passo de produto a serviço já teve lugar e começa a ser comum em negócios como o filme, a música, o vestuário e também em revistas académicas, livros electrónicos, audiolivros ou no acesso a bibliotecas públicas, num tempo em que há mais interesse em comprar experiências em vez de produtos e o desejo de que os nossos espaços tenham um aspecto minimalista; o modelo de "provar antes de comprar" será parcialmente financiado pelos autores, os utentes/leitores contribuem para o desenvolvimento de novas obras pelo autor e não há necessidade de um intermediário como a Amazon.

(6) **Hipótese 5** – Os livros electrónicos são grátis e os livros impressos custam cinco vezes mais. Numa cultura digital perecível pode aumentar o valor tangível dos livros esteticamente atractivos e bem acabados, o livro impresso pode constituirl-se antídoto ao conteúdo digital grátis e à malevolência dos gigantes tecnológicos que parecem mover-se inexoravelmente para um panorama onde os livros sejam grátis e tenham como único objectivo captar público; a edição convertia-se em dois mundos: um de alto valor e tiragens pequenas, outro de valor minúsculo e ilimitadas leituras gratuitas.

(7) **Hipótese 7** – A morte das livrarias físicas e todos os livros comprados *online*. Ao progressivo encerramento de livrarias independentes, podem seguir-se grandes cadeias de livrarias e, depois, as vendas de livros em supermercados e outros grandes pontos de venda que optem por ocupar espaços com produtos mais rentáveis, os leitores compram online por preço inferior e com maior comodidade; as editoras, os autores e alguns leitores chorarão a perca das livrarias e, de alguma forma, perceberão que o futuro da leitura e dos livros estará preso por um fio.

(8) **Hipótese 8** – O ressurgir do analógico. O revivalismo da melhor qualidade do analógico, na música ou na fotografia, como também na experiência táctil, no cheiro do papel e no desenho tipográfico dos livros impressos, associa-se às provas de degradação da saúde física e mental por efeito do uso de dispositivos móveis e a um decréscimo da inteligência devido à diminuição da capacidade de atenção, a que acrescem apagões de energia provocados pelos enormes recursos necessários para alimentar as moedas digitais, os servidores e os veículos autónomos; tudo somado, o aumento de tempo de ócio proporcionado pela automatização de rotinas, a resposta à infantilização das sociedades e a preocupação com a competitividade económica, pode levar à revalorização do livro na educação escolar e universitária, ao investimento em bibliotecas públicas e a valorizar a alegria da leitura contemplativa.